



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12071 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O MODELO DE GESTÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E AS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Michelle Costa Tapajós - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

José Bittencourt da Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

O MODELO DE GESTÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E AS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

1 INTRODUÇÃO

A partir das discussões realizadas durante a disciplina Teorias e Práticas de Gestão e de Organização do Trabalho na Escola, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB, vinculado à Universidade Federal do Pará - UFPA, surgiu a necessidade de realizar o presente ensaio que tem por objetivo analisar o modelo de gestão compartilhada apresentado pelas Escolas Cívico-Militares - ECIMs e suas implicações para o processo de democratização das escolas públicas brasileiras.

Para a realização desta investigação, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir da abordagem qualitativa, com a seleção e análise de publicações que tratam da questão das escolas cívico-militares com enfoque na gestão compartilhada proposta por esse modelo.

2 A GESTÃO COMPARTILHADA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: implicações para o processo de democratização das escolas públicas

A expressão Gestão compartilhada no âmbito educacional surge atrelado ao de Gestão

da Qualidade Total -GQT, conceito ligado a Reforma do Estado da década de 1990. É considerado “um modelo de gestão adequado à uma concepção de “Estado Mínimo Neoliberal”, que se revela como uma das faces da reestruturação do capitalismo” (HACHEM, 2000, p. 193).

Se a Gestão compartilhada da década de 1990 mantinha estreita relação com as políticas neoliberais, as experiências de compartilhamento de gestão das escolas públicas com corporações militares, é marcada pela aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, em que se engajam o discurso da desregulamentação, privatizações e políticas de resultados com o da insegurança presentes nas escolas públicas brasileiras e a necessidade de saída de uma suposta crise moral instaurada a partir do retorno aos valores tradicionais (MARTINS, 2019). Essa composição objetiva a restauração conservadora educacional, se alinhando com propostas de efetivação do desmonte da escola pública, retirando a possibilidade de propagação do pensamento crítico, desvinculando-a de sua natureza democrática e universal. Em que:

Essa restauração conservadora pode ser explicada como a união dos compromissos da extrema direita visando a ascensão da política antidemocrática por meio da união de duas orientações: o livre mercado defendido pelo neoliberalismo e os valores morais tradicionais defendidos pelo neoconservadorismo (SILVA, 2021, p. 18).

Assim, nessa aliança “o projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista” (SILVA, 2015, p. 13). Ou seja, as escolas públicas militarizadas, provenientes dessa aliança, se constituem em espaços que atuam na manutenção da formação social capitalista e do *status quo* da classe trabalhadora.

A política nacional de militarização de escolas públicas tem como marco legal o Decreto N° 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – PECIM, “com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio.”, conforme diz seu art. 1°. Também define, no Art. 2°, que as “Escolas Cívico-Militares – ECIM são escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais, que aderirem ao PECIM” (BRASIL, 2019).

Esse modelo prevê que seja integrado ao organograma das escolas públicas, militares provenientes das forças armadas ou das Secretarias de Estado de Segurança Pública, para assumir as funções de Oficial de Gestão Escolar, de Oficial de Gestão Educacional e de monitores. Com isso, a gestão escolar das ECIMs fica compartilhada entre civis com vínculo com as secretarias estaduais, municipais ou distritais de Educação e militares.

Esse compartilhamento na gestão das escolas que aderiram ao PECIM, apresenta como finalidade a melhoria da qualidade da educação básica, contudo, de acordo com Viriato (2004, p. 51) a “gestão da escola pública na perspectiva compartilhada ou de excelência passa a ser subordinada aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência”, se enquadrando na

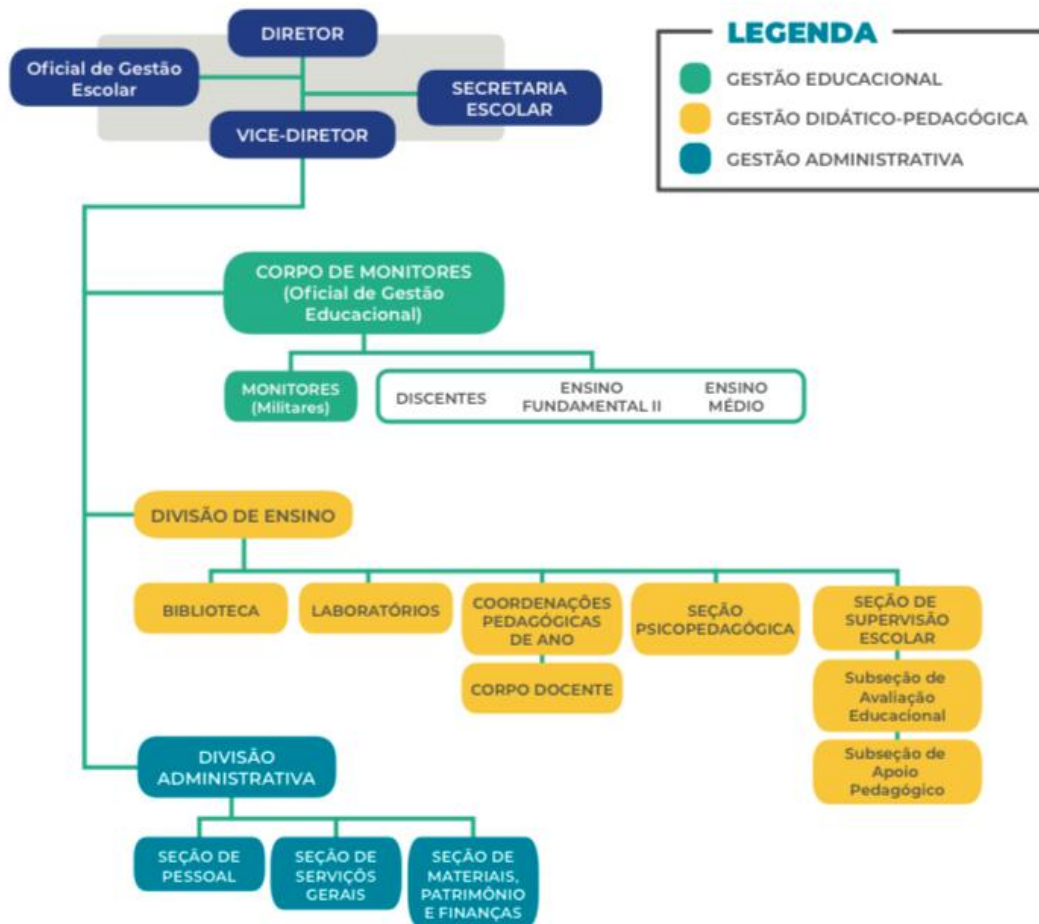
perspectiva mercadológica, condizente com as políticas neoliberais.

Assim, as ECIMs têm sua organização inspiradas no modelo militar de ensino com a inclusão de militares na gestão de suas unidades, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade de ensino ofertada por essas instituições, que não deixam de ser instituições educacionais públicas. Essa inspiração no modelo militar é justificada pelos bons resultados nas avaliações de larga escala que essas instituições alcançam, entretanto não se leva em consideração as diferenças existentes entre os Colégios Militares e as escolas públicas, dentre elas destacamos a disparidade de investimentos recebidos e o modo de acesso diferenciado.

O modelo de organização proposto para as ECIMs se dá a partir de uma tríade composta pela gestão administrativa, gestão educacional e gestão didático pedagógica. Todas essas esferas são subordinadas a direção compartilhada entre o Diretor, subordinado a secretaria de educação, e o Oficial de Gestão Escolar, militar subordinado ao Ministério da Defesa e responsável pelos militares que atuam na instituição.

Os militares também assumem, nesse modelo, a responsabilidade pela Gestão Educacional, a partir das funções do Oficial de Gestão Educacional, que tem papel de coordenador, e o corpo de monitores, composta por militares que atuam diretamente com os discentes, ambas funções vinculadas administrativamente ao Ministério da Defesa ou Secretarias de Segurança dos entes federados. Esse segmento tem função de “atuar na promoção de atividades que visem à difusão de valores humanos e cívicos que estimulem o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula” (BRASIL, 2020, Art. 31).

Figura 1 – Organograma das Escolas Cívico-Militares



Fonte: Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020).

Esse novo rearranjo escolar ocasionado pela adesão ao PECIM, apresenta elementos que confrontam os princípios constitucionais da gestão democrática (MENDONÇA, 2019). Dentre os estudos analisados que se debruçam a compreender esse novo fenômeno e suas implicações para o processo de democratização fica evidenciado que as escolas militarizadas, ou seja que incluem militares e proposições militares em sua gestão, se baseiam em premissas opostas as que embasam as políticas educacionais do período de redemocratização brasileira, pois se embasam na disciplina, obediência e hierarquia. Estormovski (2020, p. 289), ao analisar o modelo de gestão proposto pelas Escolas Cívico-Militares evidenciou que,

A crítica social, a valorização da diversidade cultural, a luta por políticas sociais universais e a educação pautada no diálogo e na coletividade, assim, são substituídas por um ensino tradicional, arbitrário e excludente, que parte de um formato de gestão pensado a partir de premissas antiquadas e de concepções autocráticas, que retrocedem movimentos democráticos e impedem sua efetivação nas escolas públicas brasileiras.

Podemos constatar que a manutenção da democracia “expressa pela ampla possibilidade de participação nas decisões políticas e a cidadania, a garantia de direitos

individuais, sociais e econômicos são elementos caros ao processo de reprodução capitalista, pois reforçam a ideia de unidade e de coesão social” (ALMEIDA, 2018, p. 31). Assim, as escolas públicas, espaços importantes para a propagação de preceitos democráticos, são alvo de vários projetos que tentam cercear o seu poder de formação emancipatória e contestadora, como é o caso dos processos de militarização em curso em vários Estados, municípios e o PECIM, enquanto política pública nacional.

As escolas que se enquadram no modelo estabelecido como ECIM apresentam preceitos de gestão que violam princípios constitucionais de **liberdade**, ao padronizar comportamentos, vestimentas, além do uniforme obrigatório a proibição de adereços, e até a padronização de corte de cabelo dos discentes, de **igualdade**, ao não garantir condições de permanência dos alunos nas instituições, e do **pluralismo de ideias**, ao não propiciar a formação de subjetividades e o respeito a diversidade.

Esses princípios são estruturantes para a efetivação da democratização das escolas públicas, contudo, são preceitos que entram em contradição com os interesses burgueses de manutenção da acumulação de capital, a partir da necessidade estrutural de permanência das desigualdades sociais, inerentes a esse sistema dominante.

A gestão democrática é resultado do movimento de redemocratização na década de 1980, onde a partir da inserção de movimentos da sociedade civil e da organização de trabalhadores da educação foi conquistada e se efetivou em documentos normalizadores da educação nacional marcado nos textos aprovados da CF – 1988 e depois na LDB – 1996. Todavia, em vez de fortalecer a efetivação desse modelo de gestão, o movimento que tem se estabelecido nas propostas de políticas públicas educacionais, como o PECIM, só acarreta ainda mais o distanciamento da efetivação dessa conquista democrática dentro das escolas que se inserem nesse programa ou que, de alguma forma, se enquadra dentro da perspectiva da militarização.

A formação social capitalista está assentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora sustentada pelo trabalho assalariado para a obtenção da mais-valia e o acúmulo de capital, se movimentando no sentido de sempre aumentar os lucros da classe detentora do capital, ou seja, a classe burguesa, e na manutenção do *status quo*. Assim, “uma política pública de Estado para Educação fundamentada no “militarismo”, procura reproduzir um ensino tecnocrático voltado para a replicação em massa de qualificações de produtores diretos que estão em concorrência meritocrática por emprego no mercado de trabalho” (FRANCO, 2020, p. 215).

As escolas que são militarizadas se propõem a formar sujeitos moldados para se submeter ao sistema vigente, retirando de sua formação a possibilidade de contestação, atendendo aos interesses das classes dominantes (VEIGA, 2020). Essa política educacional concretiza a ação do Estado, que não é neutra, em atender aos interesses da sociedade capitalista de reprodução das desigualdades e manutenção do *status quo*, ao tirar a

possibilidade da escola, gerida por este formato, de formar para a emancipação e transformação da realidade social.

Numa sociedade democrática, o papel de uma política educacional deveria ser o de estímulo à emancipação das consciências individuais, de busca da unificação entre teoria e prática, de construção coletiva da autonomia, de busca da reflexão crítica, enfim, da construção do pensamento democrático no indivíduo, para que este buscase a democratização da sociedade em seu sentido amplo, econômico, político e social (LIMA, 2004, p. 36).

3 CONCLUSÃO

Este ensaio propôs analisar o modelo de gestão compartilhada apresentado pelas Escolas Cívico-Militares - ECIMs e suas implicações para o processo de democratização das escolas públicas brasileiras, a partir da inquietação de compreender como se configura o modelo de gestão compartilhada proposto às escolas que instituíram o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares.

A partir da análise de produções acerca do modelo de gestão compartilhada proposto para as ECIMs, pode-se concluir que as escolas públicas que aderiram ao PECIM apresentam um direcionamento diametralmente oposto ao movimento de democratização das escolas públicas pensado a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Apesar de apresentarem em suas normatizações a premissa da gestão democrática, as escolas cívico-militares não apresentam condições para a efetivação da democratização em sua prática, pois estão pautadas por premissas militares, como a ordem, a obediência, a segurança, a autoridade, alinhado ao não questionamento, controle dos corpos e mentes, que impedem uma formação crítica e cidadã, estruturantes para uma formação pautada pela gestão democrática. Com isso, as unidades educacionais que aderiram ao PECIM se enveredam por um caminho oposto a democratização e, por isso, estão a serviço da manutenção do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, E. S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. 1 ed. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: 2019a. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

ESTERMOVSKI, R. C. O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira. *ÁSKESIS*, v. 9, p. 275-291, jul.-dez., 2020. Disponível em:< <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/531>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

FRANCO, P. H. Militarismo, Estado Brasileiro contemporâneo e a Educação. In: LIMA, A. B. de.; PREVITALI, F.S.; LUCENA, C (Orgs.). **Em defesa das políticas públicas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

HACHEM, S. A. de S. **Gestão escolar compartilhada no Paraná: caminho para a excelência na educação**. 2000. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000. Disponível em:< <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/64736>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

LIMA, A. B. de. Políticas educacionais e o processo de “democratização” da gestão educacional. In: In: LIMA, A. B. de (Org.). **Estado, políticas educacionais e Gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **RBP AE – revista brasileira de política e administração da educação** - v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019.

MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **RBP AE – revista brasileira de política e administração da educação**, v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez., 2019.

SILVA, T. E. M. da. **Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil**. 2021. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em:< <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5862>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SILVA, T. T. da. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. A. A. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, Nova Iguaçu, 2020.

VIRIATO, E. O. Descentralização e desconcentração como estratégia para a redefinição do espaço público. In: LIMA, A. B. de (Org.). **Estado, políticas educacionais e Gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.